

## **PRÁTICAS REALIZADAS PELO CENTRO CAMOCIENSE DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA- CECAPED: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE INCLUSIVA**

Ana Lúcia Ferreira da Silva; Isaias da Silva; Maria Vandeilda da Silva

*Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED, cecaped@hotmail.com; Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED, isaiassilva-@hotmail.com; Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED, vanda\_serva@hotmail.com*

### **Resumo:**

Neste artigo objetivamos apresentamos práticas que vêm sendo desenvolvidas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED, localizado no município de Camocim de São Félix, Pernambuco. Este Centro atualmente trabalha com pessoas com deficiência intelectual, auditiva e física, atendendo assim trinta pessoas com idade entre 05 a 40 anos. Buscamos refletir sobre as contribuições das práticas desenvolvidas pelo CECAPED, tendo com referência as contribuições de Carvalho (2010), Dias (2006), Ferreira (2005), Mitller (2003), Mantoan (2006), Sanchez, 2005, Sassaki (1997) e Serra (2008) sobre Educação inclusiva, e sentimos a necessidade também de nos ancorar nos seguintes aportes legais: A Lei nº 9394/96, LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apresenta no seu capítulo V – Educação Especial. A Declaração de Salamanca (1994) - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, visando respaldar a importância de ações que somem no cenário inclusivo, junto às pessoas com deficiência. Assim, metodologicamente apresentamos atividades que foram desenvolvidas junto com os/as frequentadores/as do CECAPED no corrente ano de 2016, práticas essas que são vivenciadas em diálogo com as especificidades de cada participante. A partir das práticas vivenciadas no CECAPED é possível considerar que: a) Instiga refletirmos sobre o cenário de inclusão/ exclusão imposta às pessoas com deficiência; b) contribuem no desenvolvimento da autonomia e socialização dos/as frequentadores/as; e c) possibilitam a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, na medida em que oportunizam que cada um/uma possa se dizer e ser reconhecido por suas potencialidades. Assim, as práticas realizadas no CECAPED são exitosas, pois concebem as pessoas com deficiência enquanto sujeitos de direitos, e reivindicam uma sociedade em que seja possível o diálogo entre as diferenças.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, CECAPED, Práticas, Pessoa com Deficiência, Sociedade Inclusiva.



## **Introdução:**

O presente artigo é fruto de experiências<sup>1</sup> que estão sendo desenvolvidas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED, localizado no município de Camocim de São Félix, Pernambuco, junto às pessoas com deficiências que o constitui. Assim, aqui objetivamos apresentamos práticas que vêm sendo desenvolvidas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED. Compreendemos que práticas realizadas objetivando o reconhecimento das diferenças e que reconhece os sujeitos por suas potencialidades, necessitam ser evidenciadas como propostas que corroboram para planejarmos e vivermos uma sociedade inclusiva.

Desse modo, destacamos que a Educação Inclusiva, temática cada vez mais debatida na atualidade, engloba uma imensa diversidade de fatores que contribui no exercício da proposta de inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar e na sociedade. Assim, evidenciamos que a Inclusão é uma proposta que se encontram na perspectiva ético-político, visando assim à construção de um processo educacional, centrado na igualdade de direitos e no reconhecimento e valorização das diferenças, possibilitando assim o “encontro com sua humanidade, porque, se não, a inclusão será um projeto moralizador que visa à adaptação a uma norma e a um padrão legitimado socialmente” (DIAS, 2006, p. 36).

Nesta ótica podemos evidenciar que através da educação de qualidade que se centra no reconhecimento e luta pelas diferenças, as possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência podem concretizar-se. Possibilitando assim desenvolvermos reflexões-ações que reconheçam as pessoas com deficiência por suas habilidades e aptidões de acordo com suas potencialidades. Desse modo, destacamos que a Inclusão envolve,

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor (FERREIRA, 2005, p. 44).

De acordo com a autora supracitada, um procedimento/ ação que possibilita pensarmos e vivermos a Inclusão é justamente a valorização dos membros que constituem a sociedade, desse modo em específico às pessoas com deficiência. Nesse viés, reivindicamos por práticas que dialoguem com as diferenças.

<sup>1</sup> Aproximamo-nos da perspectiva de experiências apresentada por Larrosa (2010, p.21) quando evidencia que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”.

Diante do exposto e a título de organização, o artigo encontra-se subdividido nas seguintes seções: a) Discussão Teórica; b) Locus das experiências- caracterização do Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência-CECAPED; c) Caminho Metodológico; d) Práticas realizadas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED; e e) Considerações Finais.

## **Discussão Teórica**

Nesta seção buscamos refletir teoricamente sobre Educação Inclusiva tendo com referência as contribuições de Carvalho (2010), Dias (2006), Ferreira (2005), Mitller (2003), Mantoan (2006), Sanchez, 2005, Serra (2008) e Sasaki (1997). Sentimos a necessidade também de nos ancorar nos seguintes aportes legais: A Lei nº 9394/96, LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apresenta no seu capítulo V – Educação Especial. A Declaração de Salamanca (1994) - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, visando respaldar a importância de ações que somem no cenário inclusivo, junto às pessoas com deficiências.

Para a vivência da inclusão, faz-se necessário compreendermos que é uma ação política, assim sinalizamos a compreensão de Inclusão, enquanto

um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

Nesse sentido, evidenciamos uma sociedade que conceba as pessoas enquanto sujeitos de direitos e que possam assumir seus papéis na sociedade, sem discriminação e preconceitos. Assim, incluir torna-se um desafio coletivo que se propõe desenvolver ações práticas que somem no trato com pessoas com deficiências, reconhecendo suas potencialidades.

Um espaço-tempo em que vem paulatinamente sendo realizadas reflexões sobre a inclusão das pessoas com deficiência é a escola, contexto este que se tratando de práticas educativas, necessitam realizar ações, buscando atender as especificidades dos diversos os sujeitos. A Declaração de Salamanca<sup>2</sup> (1994), nessa perspectiva afirma que o

princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades

<sup>2</sup> Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.



ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1998).

Esta abordagem é bastante pertinente, pois nos possibilita refletir sobre práticas que são desenvolvidas na escola, junto a pessoas com deficiências, que se distanciem assim do processo de exclusão e preconceitos imposto aos sujeitos, negando sua condição de sujeito ativo socialmente. Desse modo advogamos uma igualdade de direito para todos os sujeitos, e que suas especificidades não sejam impossibilitades de pensarmos e vivermos um projeto societal inclusivo, mas que sejam elementos que contribuam em um cenário que dialogue com as diferenças.

Nesse mesmo viés, pensarmos em escolas inclusivas, a Lei nº 9394/96, LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu capítulo V, referente à educação especial, visando promover as potencialidades de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Evidencia em seu artigo 59: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades”. Dentre tantos aspectos que permeiam a necessidade educativa especial dos/as alunos/a destacamos a importância de formações continuadas junto aos professores/as; espaços-tempos que garantam a acessibilidade etc.

Desse modo, compreendemos que a escola não se dissocia da sociedade, assim pontuamos que

a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares mas mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão (MITTLER, 2003, p.16).

Assim, evidenciamos que a inclusão social de forma mais ampla se constitui enquanto um projeto/ proposta dinâmica e contínua centrada na “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17). Centrado nessa perspectiva de cooperação, destacamos a relevância dos movimentos sociais, das ONG’s, Associações, Sindicatos ou entidades afins que desenvolvem práticas educativas junto às pessoas com deficiência.

## **Locus das experiências- caracterização do Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED**

Nessa seção objetivamos apresentar o contexto em que vem sendo desenvolvidas as práticas aqui evidenciadas. Nesse sentido, pontuamos que o CECAPED (Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência) é um centro de apoio às pessoas com deficiência que desenvolve um trabalho voltado para inclusão de crianças, jovens e adultos na sociedade.

Essa entidade foi fundada em 02 de julho de 2008, mediante as dificuldades encontradas no município de Camocim de São Félix- PE, enfrentadas pelas pessoas com deficiência e seus familiares, em não terem acesso a um espaço que contribuísse de forma a desenvolver ações que viabilizasse o desenvolvimento e a inclusão das pessoas com deficiência que enfrentou/enfrenta um complexo contexto de silenciamento e exclusão social.

### **Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência-CECAPED**



**Fonte:** CECAPED, 2016.

Nesse contexto, a fundadora da entidade e atual coordenadora do Centro, Ana Lúcia Ferreira da Silva, que por motivos pessoais (sua mãe tem problemas mentais), busca fundar no município uma entidade que trabalhe especificamente com as pessoas com deficiências. É movida por esse desejo de possibilitar o bem viver a essas pessoas e frente a contatos com a entidade existente no município vizinho (Apordeb, Bezerros - PE), Através de uma atividade curricular desenvolvida no Normal Médio, junto ao professor Anselmo Lemos. Diante desse contato, Ana Lúcia Ferreira da Silva, busca possibilitar que as crianças, Jovens e adultos do município pudessem participar da referida entidade. Com o passar do tempo surgiram impedimentos (financeiros, transportes etc.) que impossibilitaram que as pessoas com deficiência fossem para Apordeb.

É nesse cenário, por intermédio de uma reunião com as mães/responsáveis das pessoas com deficiência surge à ideia de fundar uma entidade semelhante no município, e assim aconteceu. A priori foram enfrentadas muitas dificuldades tanto no que se refere a apoio por parte da gestão municipal, quanto financeiramente. No entanto, a luta das pessoas envolvidas era maior que todas as dificuldades encontradas. Assim, foi ocorrendo os trabalhos no CECAPED, por intermédio de doações/contribuições dos comerciantes e dos familiares das pessoas atendidas no Centro de Apoio.

Nessa luta constante, conseguimos firmar parcerias que foram um marco para a entidade, por intermédio de Dr. Marcos Magalhães e sua filha Juliana Zimmerman, que sensibilizados pela causa, contribuíram para esse projeto se materializar. Através de doações que ambos conseguiram por intermédio de parcerias inclusive pelo ICE, conseguimos um prédio todo adequado para desenvolvermos nossos trabalhos. Assim, no dia 23 de outubro de 2010, foi inaugurada a nossa sede (própria). A partir de então, nossas maiores dificuldades é como manter os trabalhos que desenvolvemos principalmente no que se refere às questões financeiras.

Nesse sentido pontuamos que o CECAPED, não é uma escola, mas sim uma entidade que visa desenvolver um trabalho inclusivo junto às pessoas com deficiência, seus familiares e sociedade, possibilitando que aos mesmos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos.

O projeto proposto pelo CECAPED (Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência) visa contribuir de forma efetiva para a comunidade Camociense, no sentido de possibilitar que possam aprender e consolidar aprendizagens sobre educação e inclusão social. Essa iniciativa estrutura-se no modelo de uma formação/curso. Propomos realizar encontros formativos com as pessoas com deficiência, seus familiares, profissionais da educação, assistência social, saúde e sociedade, para discutirmos e construirmos conhecimentos que contribua na luta pela inclusão das pessoas com deficiência.

Evidenciamos que cada vez mais se faz necessário discutirmos sobre os assuntos que se refere ao trato específico e diferenciado para as pessoas com deficiência. Assim, esses encontros formativos surgem como uma oportunidade de possibilitar que a sociedade reflita sobre essas questões, pois é notório que ainda mantemos certos comportamentos que caracterizam a exclusão dessas pessoas que antes de possuírem alguma deficiência, são pessoas/cidadãos de direitos. O CECAPED atualmente trabalha com pessoas com deficiência intelectual, auditiva e física, atendendo assim trinta pessoas com idade entre 05 a 40 anos<sup>3</sup>, e conta também com os seguintes profissionais: um psiquiatra, um psicólogo, um psicopedagogo, uma assistente social, um

<sup>3</sup> Destacamos que dentre os/as frequentadores/as que constituem o CECAPED, quinze são alunos/as da escola básica, e frequentam o Centro no contra turno.

Neuropsicólogo, um fonoaudiólogo, um nutricionista, um fisioterapeuta, três mediadores<sup>4</sup>, duas auxiliares, um auxiliar de serviços gerais, um vigilante, uma secretária e uma diretoria, composta por dez membros<sup>5</sup>.

### **Caminho Metodológico**

Na referente seção, sistematizamos práticas exitosas que foram sendo desenvolvidas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED, no corrente ano de 2016, junto às pessoas com deficiência em específico às deficiências: intelectual, auditiva e física. O Coletivo de atividades que apresentamos no quadro a seguir aponta para o percurso metodológico em que as práticas se alicerçam nos seguintes pilares/áreas: a) Autonomia; b) Socialização; c) Desenvolvimento motor; d) Cognição; e) Comunicação.

#### **Práticas exitosas que foram desenvolvidas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED**

<b>Práticas/ Atividades:</b>	<b>Pilar/Área:</b>	<b>Objetivo:</b>
Habilidades na cozinha.	Autonomia	Proporcionar aos frequentadores/as que sua autonomia seja estimulada nas diversas atividades cotidianas.
Passeio mensal: Piscina, lazer e diversão.	Socialização	Realizar mensalmente atividades de lazer que possibilitem a socialização e inclusão das pessoas com deficiência em diversos ambientes da sociedade.
Noção de espaço e coordenação	Desenvolvimento motor	Possibilitar que os/as frequentadores/as possam desenvolver habilidades, no que se refere ao desenvolvimento motor, a partir do equilíbrio e noção de espaço.
Jogo da fazenda	Cognição	Estimular os processos de cognição (memória de longa e curta duração), onde os /as frequentadores são instigados a criar o jogo e desenvolver histórias.

<sup>4</sup> Refere-se aos profissionais que desenvolvem atividades educativas inclusivas no Centro de Apoio, junto aos frequentadores/as.

<sup>5</sup> A referente diretoria é composta pelos seguintes membros: coordenadora, vice-coordenador, coordenador de finanças, secretário, primeiro presidente, conselheiros titulares e suplentes.

A hora do conto	Comunicação	Proporcionar espaços-tempos de leituras e (re)leituras, propiciando que os/as frequentadores/as, possam estimular a comunicação, em contato com o outro.
-----------------	-------------	--

Fonte: CECAPED, 2016.

### Práticas realizadas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED

Nesta seção apresentamos como foram materializadas as práticas realizadas no CECAPED que somaram/ somam no processo de inclusão das pessoas com deficiências. Assim, compreendemos que a inclusão das pessoas com deficiência, sobre tudo coloca em ênfase mudanças e “implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades” (SERRA, 2008, p.33).

No que se refere à prática/atividade: *Habilidades na cozinha*, centrada no pilar/área da autonomia, realizamos atividades que, colocam os/as frequentadores/as na condição de sujeitos autônomos e ativos, ao proporcionarmos, que os mesmos, possam desenvolver ações culinárias, como foi, o exemplo, da preparação de brigadeiros. Ver iconografias a seguir:

#### Preparação de brigadeiros

#### Preparação de brigadeiros



Fonte: CECAPED, 2016.

Fonte: CECAPED, 2016.



Nessa atividade apresentamos a receita, e os elementos que a constitui (ingredientes e modo de preparo). Realizamos também o passo a passo do preparo, de modo que os/as frequentadores/as pudessem desenvolver de forma autônoma. Evidenciamos que essa prática, contribui no processo inclusivo, a medida que, reconhece as pessoas com deficiência enquanto capazes de desenvolver ações do cotidiano, a exemplo, uso e habilidades culinárias.

A prática/atividade: *Passeio mensal: Piscina, lazer e diversão*, centrada no pilar/área da socialização, se constitui enquanto uma ação que é realizada mensalmente no CECAPED. Os profissionais, junto aos frequentadores, realizam atividades que vão para além dos muros do Centro, possibilitando que os/as frequentadores/as possam se socializar e interagir com entre si e com outras pessoas em diversos ambientes. Aqui em especial, apresentamos o passeio à piscina. Ver a seguir:

### **Interação e socialização na piscina**



Fonte: CECAPED, 2016.

### **Interação e socialização na piscina**



Fonte: CECAPED, 2016.

Nessa prática/atividade possibilitem a socialização e inclusão das pessoas com deficiência em diversos ambientes da sociedade. Assim reconhecemos que as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos e que a sua inclusão, se efetiva à medida que passam a participar ativamente de espaços e ações que historicamente foram- lhes negado, como é o caso, por exemplo, de espaços de lazer e diversão. Concordamos com a compreensão de Sacristán (2002, p.119) quando enfatiza que

[...] não há forma de exclusão mais radical do que aquela que implica o sentimento de que uma pessoa não é importante para ninguém, é negada (como indivíduo ou como grupo), seja pela condição de ser mulher, criança, imigrante, idoso, negro, aposentado, ignorado na escola, cigano, delinquente, deficiente, mendigo ou por não falar, pensar, rezar ou querer como nós.

Assim, é centrado no respeito às diferenças e na busca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência que o CECAPED centra suas práticas. Na prática/atividade: *Noção de espaço e coordenação*, centrada no pilar/área: Desenvolvimento Motor. Desenvolvemos atividades de mobilidade, que estimula a concentração e a coordenação motora dos/as frequentadores/as para realizar os trabalhos propostos. Ver a seguir:

### Trabalhando coordenação motora



Fonte: CECAPED, 2016.

### Trabalhando coordenação motora



Fonte: CECAPED, 2016.

Buscamos nessa atividade possibilitar aos frequentadores/as atividades com o barbante/corda, de modo a desenvolver habilidades, no que se refere ao desenvolvimento motor, a partir do equilíbrio e noção de espaço. Trabalhar o estímulo das habilidades dos /as frequentadores/as, é enxergar que são capazes de superar as barreiras que lhes são impostas.

No que se refere a prática/atividade: *Jogo da fazenda*, pautada no pilar/área: Cognição, buscamos a partir da confecção do jogo da fazenda, proporcionar momentos em que os/as frequentadores pudessem, estimular os processos de cognição (memória de longa e curta duração), a partir do reconhecimento dos elementos que constituem a fazenda. Outro elemento importante a ser destacado, refere-se à produção artística não elaboração do jogo e a produção de histórias que os /as frequentadores/as foram realizando, coletivamente. Ver a seguir:

#### Confecção do jogo da fazenda



Fonte: CECAPED, 2016.

#### Produção de história a partir do jogo da fazenda



Fonte: CECAPED, 2016.

Assim, evidenciamos que práticas que possibilite que as potencialidades as pessoas com deficiência sejam trabalhadas e caminhar no paradigma da inclusão e nos distanciarmos do paradigma da integração, pois “integração e inclusão têm objetivos opostos, a primeira visa inserir o aluno que já foi excluído anteriormente enquanto que o objetivo da segunda é não deixar ninguém de fora do ensino regular, desde o início da vida escolar” (MANTOAN, 2006, p.19).



A prática/atividade: *A hora do conto*, centrada no pilar/área Comunicação, visou proporcionar espaços-tempos de leituras e (re)leituras, propiciando que os/as frequentadores/as, possam estimular a comunicação, em contato com o outro. Ver abaixo:

#### **A hora do conto**



Fonte: CECAPED, 2016.

Nessa atividade foi possível estimular a leitura e (re)leitura de livros/histórias escolhidas pelos próprios/as frequentadores/as, estabelecendo assim um ambiente prazeroso, no que tane a leitura e a comunicação. Após a contação de istória realizado pela mediadora, os/as frequentadores/as tiveram a oportunidade de se expressar e de expor suas compreensões e interpretações das histórias. Assim, pontuamos que medida que o outro se enxerga capaz e qual na condição de direito, estamos no processo de inclusão.

#### **Considerações Finais**

Este trabalho buscou evidenciar as práticas que vem sendo desenvolvidas pelo Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência- CECAPED. Desse modo, é possível concluirmos que estas práticas centradas nos pilares/áreas: a) Autonomia; b) Socialização; c) Desenvolvimento motor; d) Cognição; e e) Comunicação, contribuem para materialização de uma sociedade inclusiva em que as pessoas com deficiência sejam vistas a partir de suas potencialidades.

Outro elemento a ser considerado é a importância de práticas que se aproximem do respeito à diversidade, e que dialogue com os diversos seguimentos sociais (família, escola etc), constituindo-se assim, enquanto mecanismo que somem no processo de inclusão social.

#### **Referências:**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

DIAS, Sandra. Educação e inclusão: projeto moral ou ético. **Educação e Subjetividade**, Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.17- 42, 2006.

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, N° 40, Out, 2005.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19\\_04\\_JORGE\\_LARROSA\\_BONDIA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf).

Acesso em: 10 set. 2016.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2° Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, N° 07 – Out, 2005.

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In: Mônica Pereira Santos; Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2° ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e conviver na cultura global**. São Paulo: Artmed, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994**. UNESCO, 1998.